

MOÇAMBIQUE
18/5/74

"POVO MOÇAMBICANO, lutemos unidos, sem divisões tribais, raciais nem religiosas, nós todos contra o inimigo comum - o colonialismo português e o imperialismo."
Dr. Eduardo C. Mondlane, 1º Presidente da FRELIMO



DADOS SOBRE

A HISTÓRIA DA FRELIMO

(1)

CADERNOS " 25 DE JUNHO "

325.83/86
cc/1977
FRE

12317



DADOS SOBRE

A HISTÓRIA DA FAMILIA



Nº 8063

325.83/.86 «197» FRE

I CONGRESSO DA FRELIMO

DISCURSO DO PRESIDENTE

Irmãos de combate,

Estamos muito orgulhosos por vos ver mais uma vez reunidos. Vós estivésteis aqui num dia de feriado, regressais hoje após um dia de trabalho: a vossa presença, por si, só mostra quanto tomais parte na luta contra o colonialismo. Isso prova que nada vos impedirá de avançar. É claro que os povos de África e de Moçambique querem prosseguir em frente.

Esperamos que mantenham esse estado de espírito, porque ides ter necessidade dele para continuar a luta de libertação do vosso país.

Este dia, podemos afirmá-lo, é um dia único na história do nosso país, em toda a sua história.

nunca existiu um dia em que se visse o nosso povo no exílio reunir-se afim de preparar um futuro para o seu próprio país.

Durante anos o povo de Moçambique interrogou-se por os jovens não tentarem libertar o seu país. No exterior muitos se interrogavam

também. Evidentemente que aqueles de entre nós que participavam já na luta sabiam que as coisas não eram assim.

Desde que, há séculos, Portugal se apoderou do nosso país, numerosos moçambicanos têm combatido para se libertarem. Muitos dos nossos antepassados se lembravam dos combates mortais, aquando da conquista

do nosso país pelos portugueses, numa época em que a maior parte das potências europeias partilhavam o continente africano; recordavam também as insurreições que se lhe seguiram.

Mais recentemente vós fostes testemunhas de massacres de populações, mortas por tentarem libertar-se do poder odioso dos portugue-



ses. Alguns morreram combatendo directamente num quadro político. Outros foram mortos ao lutar pela greve ou nos sindicatos contra exploração do imperialismo europeu. Neste momento recebemos milhares de relatórios sobre casos de pessoas aprisionadas por terem lutado contra o colonialis-

mo em Moçambique.

Desde há alguns anos que se desenvolvem organizações, tais como partidos políticos, em Moçambique e fora de Moçambique. Apenas há três meses um certo número desses partidos agrupou-se num movimento que é o primeiro do género no nosso país, a Frente de Libertação de Moçambique. É um dos movimentos que organizou esta Conferência.

Outrora teria sido possível dar origem a confusões mas agora já não existem motivos para duvidar. A nossa unidade, com a ajuda dos povos de África, destruirá o imperialismo colonial e esta unidade cristalizou-se agora no seio dum movimento poderoso chamado Frente de Libertação de Moçambique.

Alguns entre vós poderão manifestar dúvidas quanto à nossa capacidade de união. A vossa entrada neste movimento, nesta Frente é um compromisso tomado para com milhões de pessoas que, neste momento, se encontram sob a bota do colonialismo português, com milhares de outros na prisão, com todos aqueles que estão prontos a agir, com aqueles que são mortos nas minas, com todos aqueles que sofrem.

Pelo vosso compromisso sereis solidários com os povos da África do Sul e da Rodésia que, ainda há alguns dias, se achavam na impossibilidade de organizar uma acção política. Vós estais ao lado de todos os povos de África que, por outro lado es

tão ainda sob o jugo estrangeiro.

Também é vosso dever consagrar-vos totalmente à eliminação da opressão exterior no nosso continente. Nós somos apoiados por numerosos povos africanos e não africanos, por países como o Tanganica que hoje nos acolhe. Devemos agradecer ao Tanganica a ajuda que nos concedeu. Estamos aqui para construir a via da independência. Esta noite mesmo, estaremos em condições de pôr em prática as comissões necessárias.

Estamos ligados aos povos de Angola, da Guiné dita portuguesa e de Cabo Verde, que suportam uma luta sangrenta. Meditai sobre os milhares de angolanos que foram mortos no ano passado e em todos aqueles que são mortos diariamente. Compreendei que estamos comprometidos com eles no mesmo combate.

A Organização do Leste Africano, PAFMECSA, que agrupa diversos partidos, tem a sua base em Dar-es-Salam. Estamos todos solidários. Concentremos todos os nossos esforços no sentido da libertação de toda a África. A libertação de Moçambique não terá nenhum sentido, enquanto os povos de África não forem livres.



NADA CONSEGUIRÁ DETER O QUE MONDLANE INICIOU

O dia 3 de Fevereiro é uma data muito importante na heróica luta do nosso povo, e como data de combate está ligada a sangue e luto. A 3 de Fevereiro de 1969 o nosso camarada Eduardo Mondlane, fundador da FRELIMO, arquitecto da unidade nacional, primeiro Presidente do nosso Movimento, guia do nacionalismo moçambicano e pioneiro da nossa revolução, foi assassinado. No dia 3 de Fevereiro de 1969 o povo moçambicano perdeu um dos seus mais devotos e amados filhos.

Antes dele estávamos divididos, quais grãos de areia ao sabor do vento. Enquanto nos encontrávamos nesse estado, enquanto divididos, existia o colonialismo, que nos explorava e humilhava.

O camarada Eduardo Mondlane trouxe-nos a força que nos uniu firmemente, que fez de nós um só povo, que fez as tribos desaparecerem para criar um Moçambique unido.

Por isso os colonialistas e imperialistas o detestavam e o tinham como seu principal alvo. Eles odiavam Eduardo Mondlane porque recebavam o povo, a imensa força do povo, organizada e consciencializada, que pode destruir para sempre o poder dos ex-

ploradores.

Eduardo Mondlane criou quadros, criou estruturas, como tinha criado a nossa unidade, como tinha definido a nossa linha política. Como resultado, e apesar da sua morte, não podemos parar com a nossa luta. Pelo contrário e ela expandiu-se:

Atravessou-se o Zambeze, atravessou-se o Montepuez, agora em toda a parte o inimigo é atacado, isolado e posto em fuga.

Eduardo Mondlane não morreu. Foi ele que antes de mais ninguém, compreendeu e ensinou que a nossa luta devia ser a revolução de camponeses e trabalhadores e envolveria a destruição da exploração do homem pelo homem. Como resultado, ele está sempre presente no poder do povo que cresce no nosso país.

A nossa tarefa é continuar a vida de Mondlane, conduzir a revolução até atingir os seus fins e completar a tarefa que eles nos deixou; expandir a luta armada, libertar o país, continuar a revolução.

VIVA A INESQUECÍVEL MEMÓRIA DO PRESIDENTE MONDLANE!

VIVA O POVO MOÇAMBICANO UNIDO DO ROVUMA AO MAPUTO!

VIVA A GUERRA POPULAR DE LIBERTAÇÃO!

VIVA A REVOLUÇÃO!

INDEPENDÊNCIA OU MORTE! VENCEREMOS!

Samora Moisés Machel

Presidente da FRELIMO

OS PRIMEIROS PASSOS ...

COM A CRIAÇÃO DA FRELIMO; OS NACIONALISTAS MOÇAMBICANOS FORMULARAM UMA NOVA DEFINIÇÃO DE TAREFAS A CUMPRIR, A NÍVEL NACIONAL. A REALIZAÇÃO DESTAS TAREFAS CRIOU ORGÃOS DE ACÇÃO DUM NOVO TIPO, E MÉTODOS DE TRABALHO TOTALMENTE DIFERENTES DO DAS ORGANIZAÇÕES PRECEDENTES. É AQUI QUE O 25 DE JUNHO MARCOU VERDADEIRAMENTE UMA RUPTURA COM O PERÍODO ANTERIOR E ABRIU UMA NOVA FASE NA HISTÓRIA DO NACIONALISMO MOÇAMBICANO.



O primeiro processo que merece ser examinado é o da formação das estruturas do movimento. Como o Presidente MONDLANE disse no seu discurso do 2º congresso, a primeira tarefa que nós tivemos de enfrentar foi a constituição dum corpo executivo capaz de pôr em prática o programa de acção definido pelo 1º congresso. Criámos de facto um COMITÉ CENTRAL com carácter executivo assim como DEPARTAMENTOS, cada um dirigido por um SECRETÁRIO, em alguns casos secundado por um ADJUNTO.

Todavia faltava definir não só a estrutura interna de cada DEPARTAMENTO mas também a forma de divisão de tarefas entre os diferentes membros do EXECUTIVO CENTRAL. Ao mesmo tempo, era necessário as atribuições respectivas sobre o plano prático da PRESIDÊNCIA e DEPARTAMENTOS, sendo este problema crucial como se viu em seguida, a medida que a extensão da luta exigiu a centralização da direcção. Era necessário sobretudo criar estruturas o melhor possível adaptadas á realização concreta de programa traçado no interior do PAÍS.

Tratavam-se problemas que não se podiam resolver teoricamente e que dependiam sobretudo da experiência. tinha-se a certeza que uma luta armada revolucionária não seria dirigida no quadro de estruturas anti-democráticas e sem o emprego do método de trabalho colectivo; estava-se consciente que um programa popular exigia uma estrutura revolucionária. Mas qual era a nossa tradição nesse domínio? É necessário lançar um olhar lúcido sobre as organizações que existiam outrora. As três organizações que se reuniram para constituir a FRELIMO (UDENAMO - MANU - UNAMI) - revelavam as mesmas fraquezas que eram devidas a uma origem e tradição semelhantes.

Em primeiro lugar elas eram formadas, tanto ao nível da direcção como ao da base, por trabalhadores emigrados, refugiados, desde há muito tempo nos países limítrofes - assim o MANU operava na Tanzania reagrupando em particular elementos originários das províncias setentrionais do Niassa, Cabo Delgado e que trabalhavam na sua maior parte nas plantações de sisal dos colonos ingleses. A principal actividade desta Organização consistia em organizar reuniões destes trabalhadores, distribuir-lhes cartões de membros e fazer colectas. Não se oferecia, porém, aos membros uma perspectiva concreta de trabalho no interior de Moçambique, à parte a distribuição de cartões de membros que se fazia na província de Cabo Delgado. Acontecia o mes-

mo com a UDENAMO, reagrupando elementos originários do centro e do sul do país e vivendo na Rodésia, seja como refugiados políticos, seja trabalhando aí no sector de serviços. Uma parte importante da sua actividade política consistia em recrutar militantes no interior com o objectivo de os enviar a Tanganica ou de facilitar a passagem para a Rodésia a todos os refugiados que se dirigiam para o Norte.

Quanto à UNAMI, essa exercia uma acção limitada no Malawi.

Em segundo lugar, o facto de a maior parte destas organizações viverem desde há muito tempo no exterior, determinava uma falta profunda de conhecimento das condições reais existentes no interior do país. Não só estavam privados dum conhecimento directo das condições de vida e dos sentimentos da população, calculados através das informações dos emissários e relatórios de refugiados, mas sobretudo conhecia-se mal a natureza, os métodos e as dimensões verdadeiras do aparelho de repressão do inimigo.

Em terceiro lugar, e é talvez este o ponto mais pertinente da nossa análise, da do eles viverem no exterior, estes partidos eram fortemente influenciados pelo modelo de organização concebido segundo uma tradição colonial britânica. Assim, na organização das estruturas e mesmo na concepção do trabalho que era preciso levar a cabo, Aeguia-se o exemplo do NDP da Rodésia,

do Partido do Congresso do Malaxi ou do TANU.

Levados pela euforia dos "ventos de mudança" e pelos sucessos obtidos por estes métodos nos países vizinhos acreditava-se na inevitabilidade duma viragem. Fazia-se, pois, uma falsa interpretação da natureza política e económica do colonialismo português, sem ter em conta o facto de que este não poderia jamais aceitar o menor grau de liberdade política ou de evolução pacífica para a independência. Nestas condições, não é de espantar que o papel decisivo na fusão das três organizações tenha sido desempenhado por militantes vindos do interior onde eles trabalhavam na clandestinidade. Mas se a sua consciência política e o seu conhecimento concreto eram mais sólidos, faltava-lhes também a tradição organizadora que as dificuldades da luta clandestina nunca lhes tinha permitido desenvolver. Tal era pois o capital de experiência que possuíam os militantes nacionalistas em matéria de estruturação dum partido político no momento da construção da FRELIMO.

O Congresso Constituinte formula um programa que se pode resumir em três pontos:

- mobilização da população e desenvolvimento da consciência nacional;
- difusão dum programa intensivo de educação a fim de aumentar a eficácia do combate;
- formulação dum plano de acção militar tendo em conta a natureza do colonialismo europeu.

É pondo em prática este programa que a FRELIMO se ia tornar algo totalmente novo em relação às organizações que a precederam.

Este último ponto era decisivo. Enquanto as tribunas internacionais apelavam para uma solução pacífica do problema, não se alimentavam muitas ilusões: a guerra já tinha sido desencadeada em Angola e o inimigo reforçava o seu aparelho de repressão policial e militar em Moçambique. É neste contexto que nasceu o programa militar. Precisávamos de um programa coerente e sólido, o que subentendia um estudo detalhado do país, do "quadrillage" militar estabelecido pelo inimigo e, ao mesmo tempo, um exame profundo das tradições políticas e sociais de cada região.



Um outro aspecto desta tarefa era a criação duma estrutura capaz de assegurar o recrutamento, o treino e a formação dum grande número de militantes solidamente unidos e bem organizados, capazes de pôr em prática o programa militar.

Mas a maneira de iniciar esta fase organizativa era decisiva. A população pos

sua já uma experiência dolorosa de repressão e massacres, que se tinham seguido a manifestações de massa, greves e reivindicações pacíficas. A necessidade de formar um órgão capaz duma acção contínua e eficaz contra o aparelho colonial tinha, pois, uma importância capital. A experiência tinha-nos mostrado que contra o colonialismo português não bastava ter razão.

Assim definidos os objectivos e o quadro de acção, confiou-se aos organizadores políticos já integrados no interior do país, o cargo de mobilizar e recrutar jovens desejosos de pegar em armas - a resposta ao apelo foi numerosa e entusiástica. A partir deste momento acção política deixou de ser um privilégio reservado a um grupo limitado, e, pela primeira vez, agregou um grande número de militantes.



É nesta medida que as primeiras fases de formação do exército de libertação mereceu ser descrito com mais detalhe, porque elas esclarecem o processo de afirmação do conteúdo popular da organização em função da colaboração crescente das massas. A sua importância, advém do facto deste processo ter contribuído em larga medida para dar à nossa organização

o seu carácter actual. Assim debruçar-nos sobre este período da formação do exército de libertação, na medida que ele significou a fusão de três programas num só - mobilização, educação, formação de quadros - ilustrando a execução do programa de actividades do conjunto da organização.

Os primeiros passos foram relativamente claros: recrutamento e envio de militantes para os países amigos a fim de receber um treino militar. Mas depois do seu regresso a tarefa tornava-se complexa porque era preciso organizar esse conjunto de militantes de maneira a constituir um corpo homogêneo impregnado da linha política da organização e capaz de ser o representante junto das massas.

Era uma tarefa imensa dada a diversidade de experiências, de meios geográficos, de costumes e tradições. Na maior parte dos casos o único denominador comum era o facto de se ser oprimido pelo colonialismo português e possuir-se uma vontade de libertação.

Embora este sentimento unitário fosse capaz, certamente, de determinar uma tomada de posição, era todavia insuficiente para se iniciar um processo de acção contínua. Por isso era necessário ir às raízes da unidade, era preciso explicar a extensão e a complexidade do nosso país, era necessário levar elementos provenientes de grupos linguísticos e tribais diferentes para compreender a lógica da co-habitação. Chegava-se assim a analisar a situação conjunta e a ultrapassar as velhas divisões e antagonismos que o colo-

nialismo tinha exarcebado.

Era preciso que cada um se familiarizasse com a vida e os hábitos dos outros grupos. Desta maneira os militantes ensinaram como identificar os aspectos da actividade inimiga diferente da conhecida na sua própria região, o que lhes permitia lutar contra o inimigo em todo o território.

Estes esforços constituíam um factor decisivo no processo de consolidação da unidade nacional, mesmo se, para atingir o objectivo, fosse necessário mais tempo e mais trabalho, porque a tentação de adoptar a solução mais fácil (a de enviar cada combatente para a sua região de origem) era grande.

A primeira tarefa foi a de consolidação da consciência nacional, começando no interior da própria organização: os militantes provinham com efeito de regiões muito diferentes, condições diversas, tendo adquirido experiências de vida que por vezes não ultrapassavam o quadro de uma aldeia de um determinado colono ou de um determinado agente da administração colonial, enquanto outros vinham das minas da África do Sul, de plantações ou tinham sido estivadores.

Era de primeira importância reunir estas experiências parciais para que cada um assumisse uma visão de conjunto do sistema colonial. Só assim se podia definir o quadro de combate, as diferentes facetas do inimigo e, por conseguinte, a necessidade e o conteúdo da unidade. Mas, desde já, a experi-

ência nos mostrava que não bastava falar nisto para que uma linha política tomasse corpo. Os cursos teóricos ou discussões por mais profundos que fossem não chegariam para preencherem as insuficiências da experiência ou os vícios da sociedade colonial que cada um trazia em si. Insuficiências que corriam o risco de agravar bastante o desenvolvimento da luta.

Ora, nesta época, podia-se já fazer a avaliação das nossas forças e definir o carácter da nossa luta.

Sabíamos que não tínhamos a possibilidade de mobilizar desde o início um grande número de militantes a ponto de enfrentar, em pé de igualdade numérica as dezenas de milhares de elementos do aparelho de repressão colonial. Os poucos militantes munidos de armas ligeiras de que dispúnhamos, deviam apoiar a sua força no povo e agir a partir desta força e com este apoio para, pouco a pouco, reverter em nosso favor o equilíbrio das forças inimigas.

Todavia, para se enraizar profundamente no povo, não bastava ter saído do povo: era preciso que pelo seu comportamento, pelos seus métodos e nas suas estruturas, o exército fosse um exército popular.

Era preciso, conseqüentemente, definir e estabelecer um novo tipo de relações entre os camaradas no seio do exército; desenvolver o espírito crítico a fim de eliminar a falta de confiança e poder criar um espírito de trabalho colectivo. Multiplicavam-se as reuniões, discutia-se profundamente os métodos de trabalho, de treino. Cada militante expunha a sua experiência, descrevia as tradições da sua região. É assim que se chegaram a conhecer as condições

sociais e geográficas de cada região, ao mesmo tempo que se complementava desta maneira o trabalho das nossas unidades de reconhecimento. Deste modo chegámos a definir o conteúdo e a forma das relações a estabelecer com a população. Por outro lado em certos militantes o sentimento inicial era o ódio contra o branco como fonte de todos os males. Foi preciso transformar este sentimento em consciência política de luta contra a opressão e contra o sistema e não contra a cor da pele.

A necessidade de tal trabalho de esclarecimento provinha da compreensão que se afirmava com força, duma necessária e inevitável guerra prolongada para chegar a mobilizar progressivamente todos os recursos do nosso povo e do nosso país a fim de liquidar os meios naturais e huma-

nos, a economia e a moral do inimigo. Sabia-se já que não era possível conduzir uma guerra popular revolucionária e prolongada, tendo por base palavras de ordem racistas e reaccionárias.

Afim de enraizar no seio do exército o sentimento de dependência do povo evitando que se tornasse uma condição previligiada, ao mesmo tempo que para eliminar as concepções de guerra rápida, a produção foi inscrita desde o início no programa da formação e de trabalho do exército.

Em seguida, quando o desenvolvimento da luta levou ao aumento dos efectivos, esta decisão mostrou-se extremamente útil porque ela permitiu ao exército não pressionar a população civil (do ponto de vista da alimentação).

Desenvolver a consciência nacional, reforçar o carácter popular do movimento, esclarecer a linha política, foram pois as primeiras tarefas a cumprir pelo nosso exército, bem como pelo conjunto do nosso movimento. Elas representam sem dúvida os primeiros passos que todo o movimento nacionalista deve seguir na sua actividade política. Mas para além dos programas de acção e das declarações solenes é por elas que temos encontrado o profundo carácter da linha política e do sentido da sua progressão contínua, o sentido da marcha do nosso movimento, dos nossos militantes e do nosso povo.





FORJANDO A LINHA POLITICA

É com o eclodir da luta armada que o conteúdo do programa político da FRELIMO se consolida pouco a pouco, no decurso da acção.

A necessidade de utilizar a via armada, de pegar em armas para abater a dominação colonial portuguesa, jamais constituiu um objecto de discussão entre nós. Tal facto parecerá estranho se se conhece a influência que exercia entre nós o modelo de organização e de acção de tipo parlamentar que se praticava nos países vizinhos ou de uma parte dos militantes que acreditavam ter feito uma aprendizagem política.

Apesar disso, as diferenças de opinião manifestavam-se quanto ao papel que cabia à luta armada no processo revolucionário no conjunto do nosso país. Por

meados de 1964, assim que o Comité Central se reuniu para decidir uma data para o começo da luta armada, ergueram-se vozes para afirmar que um estudo profundo da situação era de pouca importância: uma vez desencadeada a luta armada o povo apoiaria estivesse ou não bem organizado. De qualquer modo, prosseguiram essas vozes, não era necessário perder tempo com estes detalhes, porque era evidente, que a luta armada não seria longa. Aos primeiros tiros, os portugueses ver-se-iam obrigados a ceder pois a conjuntura política internacional do momento favorecia a vitória da nossa luta pela independência. Alguns acrescentavam ainda que estando o norte desprovido de guarnições e de tropas portuguesas, atingir-se-ia rapidamente o fim das forças coloniais.

Hoje, este tipo de raciocínio não deixa de fazer sorrir. Contudo, revelava uma grave ignorância das forças presentes, uma perigosa subestimação das forças do inimigo. Por outro lado, salientava um aspecto ainda mais negativo, revelava que havia mesmo no seio da direcção do movimento, elementos que embora aceitando o princípio da luta armada, relegavam-na para um plano técnico e mecânico; recusavam-se a ver nela um processo de participação popular e não a entendiam à luz de uma tarefa fundamentalmente política que na realidade era.

Esta divergência não deixava de acarretar pesadas hipótises para o futuro. Seria de facto difícil dirigir a luta armada a partir de um corpo que a não assumia integralmente. Existia também a concepção que não admitia ver no exército senão um corpo de execução técnica encarregado de liquidar o maior número possível de soldados inimigos sem se preocupar com uma linha política. Tendo-se porém estabelecido acordo quanto à necessidade de luta, aceleraram-se os preparativos tanto no quadro do Departamento de Organização do interior, para o trabalho de mobilização, como também no Departamento de Defesa no que respeita à criação de condições para o eclodir da luta do ponto de vista logístico e tático.

No dia 25 de Setembro eclodiu a luta armada. O primeiro combate desenrolou-se em Chai na província de Cabo Delgado, cedo seguida de operações nas províncias de Zambézia, Niassa e Tete. Agindo com destreza, escolhendo de cada vez teatros de operação mais afastados uns dos outros, as primeiras

unidades de guerrilha puderam frustrar as operações maciças de enquadramento e de repressão que o inimigo tinha preparado já há muito tempo. É a esses primeiros militantes insuficientemente armados mas dotados de um grande espírito e de determinação e patriotismo que devemos a consolidação da luta armada.

O multiplicar de emboscadas, os ataques contrapostos portugueses isolados, o facto de a iniciativa competir aos nossos combatentes que flagelavam o inimigo de maneiras mais diversas, sem por isso se exporem, colocam os portugueses na defensiva. Obrigados a concentrar as suas tropas, abandonaram os pequenos postos administrativos isolados e reduziram a circulação dos veículos nas estradas minadas onde viviam os nossos combatentes. Os portugueses perdiam assim o controle de regiões cada dia mais extensas, permitindo por conseguinte aos nossos combatentes uma acção mais fácil, o contacto directo com largos sectores da população e desenvolver a organização da luta armada.

Esta reacção de defesa não constituía uma surpresa para nós. Em compensação nós não estaríamos bastante bem preparados para assumir um tão grande número de tarefas relativamente à população senão alguns meses depois da eclosão da luta armada.

Perante a impossibilidade de atingir as unidades de guerrilheiros, os portugueses concentraram o seu ódio sobre a população civil. Por meio de incessantes bombardeamentos eles impediam a população de circular e de dedicar-se aos trabalhos agrícolas. O seu objectivo era o de criar uma situação de fome nas regiões libertadas. Além disso fizeram evacuar todos os comerciantes para cortar a entrada de bens manufacturados indispensáveis à população. A falta foi tanto

mais sentida já que se tratava de região onde os portugueses tinham instaurado um sistema de trabalho forçado por meio de prática de culturas obrigatórias tais como o algodão, e fez desaparecer as tradições artesanais.

Os pequenos destacamentos portugueses do exército colonial circulavam pelo mato e assassinavam os camponeses à facada (com armas brancas) para não alarmar os guerrilheiros. Esta situação impôs novas tarefas às guerrilhas que não tinham considerado em toda a sua dimensão a extensão da luta que haviam iniciado.

Era necessário em primeiro lugar, assegurar a proteção das populações para evitar que elas não se encontrassem no dilema concebido pelos portugueses: obrigados a refugiarem-se em massa nos países limítrofes ou a deixarem-se aprisionar em aldeamentos que o exército português criou em toda a extensão da zona de combate sob o modelo americano das "aldeias estratégicas".

A primeira medida que os nossos combatentes adoptaram foi o transferir população das antigas aldeias em campo aberto e portanto vulneráveis a um ataque aéreo para novas aldeias situadas nos locais de vegetação mais providos. Em seguida era preciso coordenar os seus movimentos: as deslocações para os terrenos de cultura ou locais de água foram feitos em grupo sob escolta dos guerrilheiros; estabeleceu-se igualmente um sistema de controle da circulação com o fim de impedir a infiltração de agentes inimigos.

Para realizar essas tarefas era necessário enquadrar em estruturas que assegurassem a sua organização interna e difusão das directivas das instâncias dirigentes da Organização. Dado



a multiplicidade que era preciso realizar e a rapidez com que elas apareceram não se pôde criar uma estrutura nova de modo a estudar estes problemas; colocou-se assim como responsáveis pela população elementos que tinham efectuado o trabalho de mobilização durante a fase de preparação.

Na verdade estes elementos não possuíam nenhuma formação política e limitavam-se a mobilizar o povo a exemplo dos países vizinhos. Até mesmo o nome que eles se tinham atribuído era o termo inglês de "CHAIRMAN", viram-se investidos em grandes responsabilidades para as quais não estavam preparados.

Todavia, a participação popular tornava-se cada dia mais vasta. Primeiramente ao nível do Exército de Libertação o aparecimento de zonas subtraídas ao controle inimigo permitiu a criação de campos de treino, mesmo no interior do país onde os jovens desejosos de lutar contra a dominação colonial afluíam sem cessar.

Por outro lado, o livre contacto com as populações permitia desenvolver o a

poio que eles prestavam em número crescente à guerrilha no domínio da informação, o que permitia descarregar contra o inimigo golpes precisos. O desenvolvimento da luta, a extensão da guerra a novas frentes significavam por outro lado quantidades maiores de material a transportar: o apoio das populações neste domínio foi inestimável. Para quem percorria pela primeira vez zonas semi-libertadas, nessa altura a imagem mais impressionante era a daquelas raparigas, mulheres e velhos, transportando mantimentos (reabastecimentos) para a frente, que sulcavam continuamente zonas de combate sob escolta dos guerrilheiros.

Paralelamente técnicas de combate, de aperfeiçoamento e novas armas foram introduzidas.

O desenvolvimento da capacidade de combate das forças de libertação devido ao aumento do efectivo e à utilização de armas colectivas permitiu à guerrilha transpor um novo degrau da luta. Importantes postos portugueses isolados começaram a sofrer a pressão das nossas tropas de artilharia, compostas inicialmente por morteiros e mais tarde por canhões. Um grande número de postos foi atacado e tomado de assalto o que ocasionou a captura de importantes quantidades de material. Contrariamente ao muito espalhado de que o inimigo abandonava facilmente as armas de modo a melhor escapar às

emboscadas, não foi senão na segunda fase da luta que começou a apreensão de armas ao inimigo em número significativo. Instruído sem dúvida pelas experiências das forças de repressão francesas na Argélia o exército português desenvolvia grandes esforços e riscos de modo a não deixar no terreno senão um número mínimo de armas susceptíveis de serem utilizadas pelos guerrilheiros. Os camiões de reabastecimento não circulavam senão em comboios de pelo menos algumas dezenas de veículos. Nessas condições, a menos que se dispusesse de forças consideráveis, difíceis de reunir para uma emboscada, era quase impossível recuperar material. Esta situação mudou com o desencadear de ataques de envergadura, a tomada de assalto e aniquilamento total dos postos portugueses. Embora camuflando armas em vários esconderijos dispersos, mesmo no exterior do recinto dos postos, os portugueses não nos podiam impedir de apreender grandes quantidades de material. Pode-se assim começar a treinar elementos da população e distribuir-lhes armas: era uma exigência determinada pela necessidade de defesa das regiões libertadas e pela extensão da luta. A criação de milícias populares resultava pois do desenvolvimento da luta tanto do ponto de vista militar como no que concerna a organização das massas populares. Ela permitiu a consolidação da defesa das zonas libertadas contra as incursões inimigas, libertou os combatentes daquela tarefa e permitiu-lhes estender os combates a novas zonas. O desenvolvimento e a consolidação das zonas libertadas, onde o colonialismo português não tinha nem controle nem possibilidades de influência - excepto o terrorismo aéreo e terrestre - determinaram uma nova vida e uma nova sociedade que tinha existido de início paralelamente à sociedade colonial e que se tornava agora dominante. Sem o saber, em todo o caso sem o querer, o exército português tinha acelerado o processo: ao evacu-

ar todos os comerciantes da região ele havia cortado todo o contacto e toda a possibilidade de influência sobre as populações. Se a sua intenção foi forçar as populações à fuga ou ao seu encerramento em aldeamentos, o resultado foi diferente já que levou a população e a Organização a traçar em conjunto o caminho, sobre novas bases.

Se como se viu, as primeiras medidas compreendiam a sobrevivência das populações, cedo outras formas de vida social tomaram forma.

À criação de milícias populares, sucedeu a abertura de lojas do povo: baseadas no sistema de troca, essas lojas recebiam os produtos agrícolas da população que eles trocavam por bens manufacturados importados do exterior, tais como tecidos, utensílios agrícolas, combustível, fósforos, etc. O comércio com o exterior não era possível sem a produção de excedentes agrícolas em quantidade apreciável; acrescentado a isso, as condições de guerra, as novas necessidades e sobretudo os bombardeamentos e operações portuguesas contra as plantações impunham uma reorganização da produção: é assim que ao lado das explorações agrícolas tradicionais, desenvolvem-se terrenos colectivos onde se podia introduzir novas técnicas de produção ao mesmo tempo que se assegurava uma melhor protecção aos que trabalhavam os campos.

Em 1965, na Província do Niassa, encontrou-se nas roupas de um oficial morto em combate, ordens de operações que indicavam como único objectivo da operação a destruição de colheitas da população. Essa política de terra queimada ter-

nou-se sistemática. Um desertor português confirmava que o exército colonial tinha generalizado a classificação de "zonas de morte" de todas as zonas subtraídas ao seu controle, o que significava que se disparava sobre toda a forma de vida a exemplo das "freefire zones" do exército americano no Vietname.

Todavia os esforços acentuados sobre o trabalho produtivo permitiu à população ultrapassar as dificuldades criadas pela utilização de métodos terroristas e a partir de 1966 o povo pôde aumentar a sua produção alimentar.



Ao mesmo tempo o trabalho produtivo, longe de se limitar a uma operação de sobrevivência orgânica, assumia um papel político importante: a prática do trabalho agrícola juntava elementos originários de regiões e tribos diversos e permitia reforçar a unidade nacional.

Para os quadros e militantes da organização a produção tornava-se um meio de reforçar a ligação com as massas; segundo as palavras do nosso Presidente S.Machel "a produção é uma escola, é da produção que provêm nossos conhecimentos, é da produção que aprendemos e corrigimos nossos erros. É indo de encontro ao povo, trabalhando com o

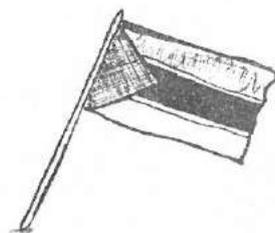
povo que aprendemos com ele e lhe transmitimos os nossos conhecimentos."

Eis porque a produção se torna elemento importante na vida dos militantes da organização e faz parte no seu aspecto teórico e prático do programa das escolas. As unidades militares receberam também como tarefa produzir, desde que as condições o permitissem. Assim, com a excepção das zonas avançadas onde o controle inimigo é ainda muito acentuado, todas as unidades militares produzem a sua alimentação, a maior parte dela destinada aos hospitais, escolas, assim como aos combatentes das zonas avançadas. Ao mesmo tempo lançava-se as bases do comércio interno: sob a protecção dos combatentes, as populações das zonas costeiras entregaram-se à produção do sal que por sua vez trocavam por produtos agrícolas.

Mas a construção social nas regiões libertadas não se limitou à organização das necessidades vitais: não menos importante era a organização da educação. Não só porque isso constituía um dos pontos-chaves do nosso programa mas também porque para a população das regiões libertadas o colonialismo tinha sido comparado ao obscurantismo. Pouco tempo depois da eclosão da luta um grupo de velhos dirigiu-se ao Presidente Mondlane nestes termos: "Nós sabemos que a luta poderá ser longa e nós estamos já velhos. Não pedimos nada para nós, mas é preciso que as nossas crianças possam ir à escola, aprender a ler e a escrever. Estamos prontos para todo o sacrifício, é isso a única coisa que pedimos à organização."

Pôr em prática um programa educativo encontrou grandes dificuldades: a situação escolar sob o colonialismo era lamentável. As poucas escolas que existiam nessas regiões eram dirigidas por missões religiosas, estrangeiras a maior parte das vezes, que os portugueses fizeram evacuar desde o início a fim de as transformar em casernas. Não se dispunha praticamente de professores. Teve-se que recorrer aos que sabiam ao menos ler e escrever para começar os cursos. Pouco a pouco, por um sistema de seminários de aperfeiçoamento elevou-se o nível dos nossos professores.

Por outro lado, o trabalho educativo impôs-se como uma necessidade, mesmo ao nível da guerra: com efeito a partir de um certo grau de complexidade o desenvolvimento da guerra o emprego em operações de armas mais modernas exigia pessoal qualificado; também o desenvolvimento da organização a gestão de armazéns comerciais, o conjunto de tarefas de reconstrução nacional não poderiam ser efectivas sem uma base de conhecimentos que importava generalizar. Assim, paralelamente ao trabalho de alfabetização em curso no exército organizou-se cursos rápidos de seis meses a um ano e às vezes de dois anos, a fim de permitir aos militantes que tinham capacidades para completar a sua instrução primária, para poderem em seguida assumir as responsabilidades mais elevadas.



Em seguida e baseado no nível de consciência política por eles demonstrada, assim como à sua devoção à causa revolucionária e à sua capacidade intelectual, selecionavam-se os que iam para a nossa escola secundária. Este método de selecção sucessiva revelou-se extremamente válido na medida em que a percentagem de maus êxitos era largamente reduzidos em relação ao ensino clássico.

O conteúdo do ensino exigiu também uma larga reflexão e uma elaboração profunda. Era evidentemente fácil a exclusão de matérias de tendências nitidamente fascista como a História Portuguesa, mas o desenvolvimento do trabalho educativo mostrou que não se podia organizar o nosso sistema em bases de retoques ao sistema português. Esta reflexão de conjunto era condicionada pela questão fundamental, a saber: qual o objectivo da nossa educação? Em que se distinguem as duas formas de educação na nossa sociedade, isto é a educação tradicional e a educação colonial?

A resposta a estas perguntas não podia vir senão do desenvolvimento geral da luta e do crescimento político da organização. Foram as necessidades de uma vida nova, a definição mais precisa dos nossos objectivos nas zonas libertadas, que deu conteúdo e uma forma precisa ao nosso programa educativo. Era edificar no nosso país a sociedade nova que poderá beneficiar largas massas é necessário destruir tudo o que constitui o peso negativo e repressivo do passado assim como as sequelas da dominação colonial. A nossa educação referiu o nosso Presidente na mensagem que dirigiu em Agosto de 1970 à Conferência do Departamen

to de Educação e Cultura "deve dar-nos uma personalidade moçambicana que adoptando toda a nossa realidade, possa assimilar com um espírito crítico, mas desprovido de todo o servilismo, as ideias e as experiências dos outros povos que pudessem simultaneamente receber os frutos da nossa reflexão e da nossa prática".

É necessário, em seguida, individualizar o conteúdo da educação tradicional e da educação colonial a fim de combater os seus efeitos na nossa mentalidade e na nossa vida social.

Na sociedade tradicional, dado o baixo nível de conhecimentos, a superstição substituiu a ciência e obsta toda a análise científica do meio físico e social em proveito das explicações de ordem sobrenatural. Por um dos seus mecanismos de sobrevivência a educação tradicional visa criar nas novas gerações a passividade e o respeito pelas ideias adquiridas e encorajar a crença no saber infalível das velhas gerações, personificadas por velhos. Entre as mulheres busca justificar o papel histórico destas enquanto dominadas e submetidas ao homem.



A educação colonial não educa senão na medida em que facilita a exploração: visa por outro lado reforçar a divisão no seio da sociedade colonizada separando educados e não educados. Nos primeiros ela encoraja

um sentimento de vergonha e em seguiu uma reacção de desprezo relativamente à sua cultura e às suas tradições. No seio da sociedade moçambicana as marcas desta educação continuam a manifestar-se na mentalidade e constituem difíceis obstáculos na criação do novo tipo de relações que queremos estabelecer entre os homens. Por outro lado se o combate contra a política de assimilação é incontestado no plano da afirmação de princípios elementares, todavia, muitas consequências e manifestações subteis. Se se rejeita com firmeza a ideia de transformar "portuguesinho de pele negra" subsiste um pouco disso em alguns, um complexo de inferioridade e a convicção do pouco valor cultural das nossas tradições, desde há muito encaixada na mentalidade de muitos moçambicanos.

Foi assim que foi preciso conduzir um combate específico contra esta mentalidade. O Departamento de Educação e Cultura organizou seminários culturais onde se sublinharam as riquezas culturais do nosso país. Hoje novas formas se desenvolveram, as quais a partir de formas plásticas tradicionais, formam um conteúdo novo ditado pela nova realidade. Esta realidade é constituída em primeiro lugar pela luta de libertação, a tomada por nós dos nossos destinos. Mas também pelo esforço comum dos moçambicanos originários dos lugares mais afastados, de tribos diferentes unidos no combate para a construção de um novo Moçambique.

Deste ponto de vista a cultura desempenha um papel importante no fortalecimento da Unidade Nacional. As danças que se praticam hoje em dia nas regiões libertadas não são mais as danças de Cabo Delgado ou do Niassa ou mesmo de Tete. Os elementos originários de outras regiões trazem para aí os seus costumes de vida, as suas danças, as suas canções, e deste conjunto nasce uma nova cultura, nacional na sua forma e revolucionária no seu conteúdo. A educação revolucionária deve visar a destruição das ideias e gostos corrompidos, herdados do passado; desenvolver o espírito científico de modo a fazer desaparecer a superstição; fortalecer a cultura nacional; liquidar o individualismo e o culto das elites.

Não se trata de problemas abstractos: um duro combate deve ser conduzido no interior da organização contra essas tendências quando se desenvolve, na escola secundária, um complexo de superioridade. Imbuídos da ideia adquirida na sociedade colonial de que os elementos instruídos eram destinados a dirigir a sociedade, devido unicamente à sua formação, os alunos da escola secundária tinham desenvolvido um sentimento de desprezo em relação às massas populares pelo que se recusavam a participar na guerra, tarefa considerada não intelectual, e preparavam-se para aguardar comodamente a vitória.

O problema que se põe é de saber se concebemos o progresso do nosso país

como sendo o trabalho de alguns elementos ou como o resultado do esforço de conjunto do povo. A resposta que provém da prática da nossa luta de libertação é, evidentemente a segunda. Sem a participação activa e responsável das massas populares como se teria podido formar as dezenas de militantes da FRELIMO? Do mesmo modo a nossa escolha leva-nos a rejeitar a educação puramente académica como única forma de aprendizagem, para incidir numa educação permanente de concepção mais larga; de outro modo não seria possível conduzir a acção educativa generalizada que é exigido pelo nosso programa político.

É evidente que por detrás destes conceitos de cultura se projecta um desafio político tanto nas nossas relações internas como no plano internacional; uma minoria "esclarecida" que dirigiria o país tornar-se-ia a mais segura garantia da manutenção do capitalismo e dos interesses estrangeiros.

Não é, pois, de espantar que à semelhança do que se passa em outras organizações de luta, os estudantes moçambicanos nos países ocidentais sejam submetidos a todas as pressões e influências reaccionárias que encorajam o sentimento de elite. Esta é, aliás, uma batalha que ainda não está ganha. Uma das nossas preocupações fundamentais é, por isso, a ligação entre os estudantes e as massas de modo a

impedir o enraizamento das ideias de elite. Deste ponto de vista, uma das mais vinculantes inovações tem sido a introdução da produção nos programas escolares tanto do ponto de vista do ensino como da prática. Paralelamente ao aspecto político que citámos, era necessário que o ensino primário pudesse ser, pelo menos em parte, directamente "produtivo", ou seja que ele pudesse aproveitar aos alunos e às suas famílias. Igualmente o programa educativo abrange o ensino de matérias tais como a marcenaria, a mecânica e a costura.



O desenvolvimento do programa educacional depara, além disso, com outras dificuldades, tais como a falta de pessoal de ensino qualificado e a resistência dos pais perante a ideia de enviar os filhos à escola.

O conceito mais difundido entre os pais é o de considerá-las como um capital em potência a realizar pelo dote no momento do casamento. Que a possibilidade de a escolarização das suas filhas possa prejudicar as suas hipóteses de fazer um casamento vantajoso

para a família tem feito exitar muitos pais. Também os rituais de iniciação têm um papel bastante negativo; as raparigas devem ficar em casa esperando o casamento, o que tem por consequência a interrupção definitiva dos estudos. O Comissariado Político e o Destacamento Feminino desenvolvem um grande trabalho de informação e de explicação a fim de modificar os hábitos e de eliminar os aspectos negativos dos rituais de iniciação.

O trabalho sanitário é desenvolvido a partir das primeiras unidades sanitárias ligadas à guerrilha. Compostas igualmente de um enfermeiro e de um ajudante, esses grupos destinam-se a tratar dos combatentes. Contudo rapidamente se teve consciência que os problemas sanitários mais graves eram os da população cuja condição sanitária era precária. Nas grandes zonas de Moçambique as populações nunca tinham visto um enfermeiro e muito menos um médico, o pessoal médico que estava na sua maior parte concentrado nas cidades e nas zonas onde a densidade de população europeia prevalecia.

Os bombardeamentos aéreos inimigos que faziam vítimas sobretudo nas populações, têm consideravelmente agravado a situação e fizeram com que os enfermeiros da guerrilha concentrassem todos os seus esforços no povo. O seu número era evidentemente ínfimo para atender às necessidades, era necessário organizar cursos imediatos de preparação de socorristas. Mais tarde podemos pôr a funcionar as nossas escolas de enfermeiros adaptando o ensino às necessidades do nosso país, de acordo com as condições existentes.

A tudo isto acrescentavam-se as dificuldades criadas pela transferência das populações para novas aldeias no mato por medida de segurança contra os bombardeamentos. Estando estas aldeias sujeitas a deslocações aquando de incursões inimigas, as condições sanitárias das populações não fizeram senão piorar. Em 1965, uma epidemia de varíola não pôde ser controlada senão por uma campanha de vacinação maciça que cobriu na sua primeira fase mais de 100000 pessoas.

(cont. da pág. 21)

talvez o seu maior contributo porque a existência das zonas libertadas deu um sentido exacto à escolha que o movimento tem vindo a fazer, desta maneira impedindo que os princípios resvalassem num verbalismo estéril. Estes progressos são importantes. As regiões libertadas apresentam-se perante as populações que vivem nas regiões ainda controladas pelo colonialismo, como uma alternativa convincente e aliciante, representando para elas uma fonte de encorajamento. Mas, sobretudo as regiões libertadas desempenham um papel vital no esclarecimento da nossa linha política, forjando assim a Revolução Moçambicana.

O sucesso desta primeira grande campanha sanitária em massa residia, no grau de mobilização das massas e implantação das nossas estruturas, sendo o número atingido largamente superior ao das raras realizações portuguesas nesse domínio.

Apesar das dificuldades começou-se a implantar uma rede fixa no interior do país, primeiramente com postos sanitários a nível dos distritos, mais tarde Hospitais Centrais a nível da Província ou da Região segundo os casos. Ao mesmo tempo desenvolvia-se centros sanitários móveis e semi-móveis para abranger um maior número de população. O aspecto inovador do nosso sistema sanitário reside no facto dos doentes não terem um papel passivo no interior do hospital. Se a sua condição física e o seu tratamento lhes permitirem os doentes, entregam-se a trabalhos produtivos, seguindo cursos e recebendo uma formação sanitária que lhes permite tornarem-se agentes de higiene no regresso ao seu meio. Integrando o doente neste processo de reconstrução, elimina-se ao mesmo tempo o efeito negativo e deprimente da passividade que constitui a atitude tradicional do doente. Verificou-se que o trabalho de reorganização e de reconstrução nacional nas regiões libertadas se impunha em vista das necessidades precisas, cuja resolução condicionava o prosseguimento da guerra. A importância política deste facto ultrapassava todavia de longe o aspecto imediato das realizações. Primeiramente a existência de

regiões libertadas permite dar um conteúdo concreto ao programa político formulado pelo 12º Congresso fazendo surgir da massa conceptual sobre a qual se baseava um saldo positivo de promessas para depois da independência.

Tratava-se daqui em diante de demonstrar pela nossa prática, a dos militantes da FRELIMO e, sobretudo, a das massas, o modelo progressivo da sociedade. Ao mesmo tempo a possibilidade de organizar abertamente, de circular livremente, de partilhar experiências, permitia um desenvolvimento mais homogéneo da Organização e do país, atenuando-se os perigos dum desenvolvimento desigual das regiões ou sectores de actividade.

Ao nível do Exército de Libertação, isso possibilitava desenvolver consideravelmente a coesão, a organização e a disciplina interna, evitando que as unidades militares se tornassem em bandos errantes. Assim se reforçava a ligação com as massas que se consolidava numa prática de solidariedade recíproca. Não se limitava a defender a população. O exército podia dedicar-se à produção, reforçando-se, assim, o seu carácter popular e a sua inserção no processo revolucionário.

A par destes aspectos de ordem geral, as zonas libertadas têm desempenhado, nas condições históricas do nacionalismo em Moçambique, um papel vital de esclarecimento da linha política; Aí reside o seu

POLITICA EXTERNA

Se se perguntar a um representante da FRELIMO no exterior o que o impulsionou mais no decurso do seu trabalho, ele dirá, sem dúvida, que foi a ignorância da opinião pública, pouco esclarecida sobre a natureza, e até mesmo sobre a existência duma situação colonial em Moçambique.

Quebrara a cortina de silêncio que envolvia conscientemente a dominação colonial portuguesa, denunciar o mito das províncias ultramarinas amplamente integradas na Metrópole que Portugal apresentava sem demasiadas dificuldades à comunidade internacional até princípios dos anos 60, estabelecer relações de amizade e de solidariedade com os países e forças anti colonialistas no mundo, tais eram os objectivos da FRELIMO no exterior, porque eles condicionavam a realização dos programas imediatos da Organização.

A propaganda portuguesa durante os anos 50 tinha consistido numa sábia a ~~vispaga~~ ^{vispaga} de propaganda de um multiracialismo " sui generis " que eles diziam praticar e uma política de silêncio deliberada visando não despertar demasiado as atenções. Isto explica que a Reforma constitucional portuguesa de 1951 que mudou o nome de colónias para províncias ultramarinas para preparar a admissão de Portugal na ONU, tives-

se passado sem suscitar nenhum rumor na indiferença geral. Na altura, a curiosidade não sendo muito grande, poucos observadores estrangeiros se aventuravam a quebrar este silêncio, à excepção dos jornalistas ao serviço da propaganda colonial como encarregados de teorizar o luso-tropicalismo.

Eis porque, para a FRELIMO, o trabalho de informação começou do ponto zero; dar a conhecer a existência do país, a sua situação geográfica, os pontos dominantes da exploração colonial. Ainda hoje algumas das nossas publicações comportam dados de base sobre o nosso país que continuam pouco conhecidos. Trata-se, pois, de um trabalho indispensável uma vez que não se pode ser solidário ~~com~~ ^{com} o que se não conhece.

As tribunas internacionais como a ONU através do seu Comité de Descolonização, as diferentes reuniões internacionais como as conferências das Organizações Populares de Massa oferecem durante este período um auditório apreciável para a informação internacional. Ao mesmo tempo, publicações em línguas estrangeiras foram editadas em prol da opinião mundial. Data desta altura a publicação regular do boletim "A Voz da Revolução" (Mozambique Revolution) destinado a dar a conhecer o nosso país e a nossa luta.



A criação, em 1963, da Organização de Unidade Africana e a inclusão da libertação de África no seu programa como objectivo prioritário constituiu, assim, um forte impulso na acção de denúncia internacional. Nesta fase, o suporte de duas forças foi decisivo no plano de ajuda externa: a dos países africanos e a dos países socialistas. Os países africanos deram um apoio importante, desde o início do nosso combate, no plano material e, sobretudo, no plano logístico. Entre estes distinguem-se a Tanzânia e a Zâmbia. A OUA sempre reconheceu a FRELIMO como representante autêntico do povo moçambicano combatente e foram estabelecidas relações proveitosas de colaboração com o Comité de Libertação da OUA. Contudo é de se desejar que sejam encontradas novas formas de cooperação orgânica ao nível da Organização de Unidade Africana que reflitam o carácter comum da luta que nós desenvolvemos.

Quanto aos países socialistas, nós consideramo-los como nossos aliados naturais; quer pela sua linha política, quer pela sua experiência de luta, a a par das suas posições de princípio anti-imperialistas e anti-colonialistas, eles contribuíram, no conjunto, com um apoio político e material considerável sem o qual a nossa luta não teria atingido o seu estado actual. O desenvolvimento destas relações representa, para nós, um dos pontos capitais da nossa política externa no quadro do fortalecimento da aliança de todas as forças anti-imperialistas.

O golpe mais duro vibrado à política portuguesa do silêncio foi, contudo, o desencadeamento das lutas armadas de libertação nas três colónias. Os horrores da repressão que se seguiu, a luz súbitamente feita sobre o colonialismo retrógrado, despertaram a opinião pública e indignaram-na. Por outro lado, o objectivo não era tanto o de alertar a opinião pública mundial, mas sim de desencadear um processo revolucionário armado que devia conduzir à libertação completa do país. Era esse o objectivo primordial. As condições concretas do colonialismo português, a experiência da repressão tinham feito nascer esta convicção dominante, senão unânime no seio da organização: a acção no plano internacional não devia ser mais que um acessório, certamente importante, mas sempre secundário na nossa luta; O quadro e os limites do nosso trabalho no exterior consistem essencialmente em denunciar o colonialismo, desenvolver relações com países e povos solidários com a nossa luta afim de reunir as condições para desencadear e desenvolver a luta armada.

Estas boas relações tinham a sua importância, pois foi graças a esta solidariedade que pudemos treinar os primeiros combatentes e dispôr das primeiras armas.

Com o desencadeamento da guerra e a transformação das condições de luta, a mobilização dos países amigos devia ser reforçada para que a sua ajuda se desenvolvesse com o desenrolar da guerra. Deste ponto de vista os sucessos alcançados em combate serviram como pro-

va da seriedade da organização e da determinação dos combatentes.

Entretanto uma verdade se impunha: Portugal não estava em condições de suportar uma guerra em três frentes apoiando-se apenas nos seus próprios recursos. A ajuda dos países ocidentais, quer bilateral, quer no quadro da OTAN, tornar-se-ia o pilar do prosseguimento da guerra colonial. Com o desenvolvimento da situação, esta ajuda ia tornar-se o principal obstáculo à libertação do país.

Tendo em vista o reforço dos laços e o engajar de maneira mais substancial os seus aliados imperialistas na guerra colonial, Portugal tinha, por outro lado, modificado a sua política económica colonial. Largas concessões territoriais e facilidades fiscais foram outorgadas às companhias estrangeiras. O fluxo de investimentos que se seguiu teve como consequência uma associação mais estreita dos países ocidentais com o colonialismo português.

A denúncia deste apoio multiforme do ocidente capitalista a Portugal transformou-se-ia, portanto, numa das tarefas urgentes no plano internacional. Foi este, em larga medida, o papel dos Comitês de Apoio que foram criados na maior parte dos países ocidentais, constituídos por militantes progressistas, sindicalistas, partidos políticos, jovens e muitas vezes por cristãos chocados pelo papel desempenhado pelo seu país na perpetuação do colonialismo.

Em certos casos foram obtidos resultados notáveis. Foi o caso da campanha contra a participação da Suécia no projecto de Cabora Bassa, ainda que a acção conjunta dos governos burgueses, dos fabricantes de armamentos e das empresas privadas tenha sabotado o efeito destas campanhas a opinião pública foi informada da natureza dos interesses em jogo e do apoio que os seus governos concederam ao governo colonial por intermédio dos investimentos privados. O mais importante é que estas campanhas permitiram o desenvolvimento de campanhas de informação acerca do nosso país e da nossa luta e lançaram as bases de uma amizade militante, duma identidade de combate, entre o nosso povo e as massas progressistas dos países capitalistas, na luta contra o inimigo comum: o imperialismo.

Paralelamente, em certos países, a opinião assim mobilizada obrigava os governos tradicionalmente ligados a Portugal a desligarem-se da sua política colonial e a darem um certo apoio à luta de libertação, como foi o caso dos países escandinavos e dos Países Baixos.

Entre as novas forças que se associam ao combate contra o colonialismo português é necessário citar o Conselho Ecuménico das Igrejas que deu um apoio sem reservas e decidiu-se por uma ajuda financeira, sem restrições, aos movimentos de libertação.

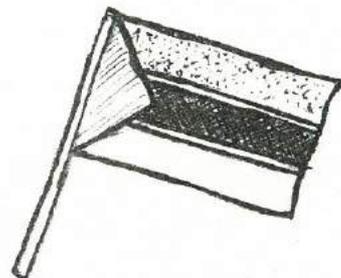
Mas talvez o aspecto mais notável desta solidariedade - aquele que mais nos toca e que tem maior significado político para a nossa luta - foi o apare-

cimento de formas de ajuda popular para o estabelecimento de ligações directas entre o nosso povo e os povos de alguns países ocidentais; contacto do Hospital Central de Cabo Delgado na região libertada de Moçambique com o Hospital Comunal de Sta. Maria Nuova de Reggio Emilia em Itália que deu possibilidades de um reforço de laços entre as massas populares de ambos os países. Esta iniciativa foi seguida pelo estabelecimento dum pacto de amizade entre a comunidade de Bologna e o Centro Educativo da FRELIMO em Tunduru.

Assim, ligações de grande significado político foram também estabelecidas com as forças democráticas anticolonialistas portuguesas. Desde o começo que tínhamos considerado que a nossa luta era dirigida contra o colonialismo português e não contra o povo português. Era portanto natural que acordos de cooperação se estabelecessem com as forças progressistas portuguesas na base do pleno reconhecimento do nosso direito à independência imediata e completa. Além de trocas de informações, as primeiras formas concretas de cooperação manifestaram-se pela vinda de desertores do exército colonial que se apresentaram na frente de guerra e cuja deserção se fazia em cooperação com as forças da oposição à guerra. Estas organizações levaram a cabo

simultaneamente uma acção importante de denúncia da guerra colonial que, apesar das duras condições da repressão policial, teve os seus frutos: dezenas de milhares de jovens emigraram para o estrangeiro para fugir à mobilização. Esta solidariedade reforçou-se decisivamente com as acções directas dos militantes anticolonialistas portugueses contra a máquina de guerra colonial, acções que tiveram início em Outubro de 1971.

Pelo seu próprio carácter, o nosso combate inseriu-se na luta geral dos povos pela independência e liberdade. A nossa solidariedade vai portanto para todos os povos irmãos que lutam, de Angola à Indochina ou América Latina. As ligações mais estreitas foram sem dúvida aquelas realizadas com os povos das colónias portuguesas de Angola e Guiné-Bissau, cujos laços orgânicos estavam enquadrados na CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. As nossas relações estenderam-se também aos povos e organizações combatentes da África do Sul, Zimbawe e da Namíbia.



10º ANIVERSÁRIO DA FRELIMO

DISCURSO DO CAMARADA SAMORA MACHEL



Camaradas,
Comemoramos hoje, dia 25 de Junho de 1972, o décimo aniversário da nossa Organização, a FRELIMO, a FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE.

Há exactamente dez anos, militantes moçambicanos vindos de várias partes do nosso país juntaram-se para constituir uma organização capaz de unir os esforços de todo o povo moçambicano oprimido, e de dar um impulso decisivo à luta contra dominação colonial portuguesa no nosso país.

Apesar de ter sofrido durante muitos anos o efeito da desunião, nascida da falta de conhecimento mútuo ou das contradições aticadas pelo colonialismo, o povo moçambicano conhecia bem o valor da unidade. Era claro que o colonialismo português só tinha sido capaz de estabelecer e manter a sua dominação sobre todo o nosso país por causa da divisão que existia no nosso seio.

Muitas revoltas e manifestações de protesto contra o colonialismo foram esmagadas porque se tratava de acções isoladas, sem ligação, embora dispo de forças numericamente inferiores o colonialismo pode vencer-nos.

Foi a compreensão desta situação que levou os militantes a juntarem-se em 25 de Junho de 1962 para em comum todas as suas capacidades e esforços, a fim de construir um instrumento de luta, capaz de derrubar a dominação colonial no nosso país.

Esta data marca por isso um momento importante no processo da unidade, que leva à construção de uma nação moçambicana independente, próspera e forte. É por isso um momento alto na história de resistência do povo moçambicano contra a dominação estrangeira.

Foi esta unidade, que é a força motriz da



AS FORÇAS ARMADAS DEVEM SEMPRE TER EM MENTE QUE ELAS SÃO UMA EMANAÇÃO DO POVO; E QUE A SUA FORÇA PROVÉM DOS LAÇOS ESTREITOS QUE ELAS SOBERAM MANTER COM AS MASSAS POPULARES. NO PROCESSO DA LUTA É ÀS FORÇAS ARMADAS QUE CABE A GLORIOSA TAREFA DE DEFENDER INTRANSIGENTEMENTE OS INTERESSES DO POVO, FORÇA ESSENCIAL E OBJETIVO DO NOSSO COMBATE:

nossa revolução, que nos permitiu realizar já um longo caminho: basta olhar para trás e examinar o caminho percorrido para ter u visão dos progressos realizados pelo povo moçambicano desde 1962 até agora.

Em 1962, a dominação portuguesa estendia-se a todo o nosso país. Todos os Moçambicanos estavam sujeitos a formas de exploração degradantes, desde o trabalho forçado, a exportação de homens para a África do Sul, a cultura forçada dos produtos agrícolas necessários para a economia do colonialismo. Os impostos pesadíssimos, os baixos salários, os maus tratos, a humilhação do racismo tornavam a vida intolerável. A maioria esmagadora dos Moçambicanos nunca frequentara uma escola. Os poucos africanos que iam à escola, eram submetidos a um processo que visava fazer deles pequenos portugueses de pele preta, renegando a história do seu povo, envergonhando-se dos seus costumes e tradições próprias. Em muitas regiões do nosso país, as populações nunca tinham visto um médico ou um enfermeiro e as epidemias e doenças alastravam-se, sem que nenhum tratamento fosse dispensado.

Por cima de tudo isso, e para garantir a continuação da exploração económica, da ignorância, da doença, pesava o aparelho de repressão colonial: o exército, a polícia, os administradores. O povo moçambicano estava privado do direito de formar um partido político através do qual pudesse exprimir as suas aspirações.

Se fizemos um balanço do que existe hoje, vemos que o povo moçambicano tomou nas suas mãos a construção do seu próprio destino: possui um partido que representa os interesses e que conduz o combate pela libertação total do país. em 25 de setembro de 1964, com o desencadeamento da luta armada, abriu-se uma nova fase na nossa história: a partir deste momento as forças do povo moçambicano começaram a crescer e a consolidar-se, enquanto as forças do inimigo começaram a ser liquidadas progressivamente. O exército de libertação, que a princípio contava somente com algumas escassas centenas de militantes, conta hoje com milhares de combatentes treinados e bem armados.

No decurso destes anos, milhares e milhares de soldados colonialistas foram liquidados ou postos fora de combate, mais de 2000 carros foram destruídos, dezenas de postos e bases do exército colonial foram completamente destruídos, cerca de 60 aviões e helicópteros foram destruídos ou abatidos no solo.

Mas não só isto: em regiões extensas do nosso país a dominação colonial já não se faz sentir. Nessas regiões o povo moçambicano vive uma vida livre, produzindo para o seu benefício e não para os exploradores, participando activamente na solução de problemas da comunidade. Escolas foram criadas para combater o analfabetismo em que o colonialismo mantinha o povo moçambicano para o melhor dominar, hospitais e cen-

tros sanitários ajudam a combater as doenças e epidemias que no passado dizimavam milhares de moçambicanos. A personalidade moçambicana afirma-se plenamente, baseada no desenvolvimento das tradições sãs do povo moçambicano. Uma vida nova existe nestas regiões onde os vícios do colonialismo, do individualismo, da ambição, da corrupção são banidos.

Ao mesmo tempo o povo moçambicano afirma a sua personalidade política e jurídica no plano internacional. Em todo o mundo países, governos, organizações regionais e internacionais não só na África mas também na Ásia, na América Latina e na Europa reconhecem em número crescente na FRELIMO o representante autêntico do povo moçambicano e condenam o governo português pela sua política colonialista retrógrada. O reforço dos aços de fraternidade comba-



tente com os povos do mundo em luta insere-se no combate exaltante dos povos de todo o mundo contra o colonialismo e o imperialismo.

Mas ao salientarmos o que conseguimos até agora, os progressos enormes que realizamos nos últimos dez anos da nossa história, não podemos deixar de lembrar que a batalha ainda não está ganha. O dia 25 de Junho de 1962 representa uma data importante no processo de liquidação do colonialismo e consolidação da nossa unidade. Mas importa reforçar essa unidade cada vez mais para poder dar um novo impulso na realização das tarefas que ainda temos de enfrentar. Efectivamente em muitas áreas do nosso país o povo continua submetido à opressão colonial e exploração das companhias estrangeiras, ao trabalho forçado, aos impostos, às prisões.

É necessário por isso reforçar o nosso combate, estender as zonas libertadas para que o nosso povo em cada vez maior número possa beneficiar da vida de Moçambique livre. Às populações e aos combatentes das zonas libertadas cabe desenvolver cada vez mais essas regiões, para que elas se possam tornar as verdadeiras bases de apoio para a extensão contínua da nossa luta. Para isso é necessário desenvolver na prática o espírito de auto abastecimento, aumentando o nosso esforço e a nossa capacidade produtiva. As zonas libertadas devem ser também uma grande escola em que todos, jovens e velhos, mulheres e homens, se esforçam por aprender cada vez mais, para melhor compreenderem a nossa política e a situação internacional e assim poderem dar uma contribuição cada vez maior à nossa luta.

As forças armadas devem sempre ter em mente que elas são uma emanção do povo, e que a sua força provém dos laços estreitos que elas souberem manter com as massas populares. No processo da luta é às forças armadas que cabe a gloriosa tarefa de defender intrasigentemente os interesses do povo, força essencial e objectivo do nosso combate.

É a unidade a base das nossas vitórias, é pelo reforço da nossa unidade que nós poderemos levar a nossa luta a alcançar sucessos cada vez maiores.

Torna-se por isso necessário intensificar a vigilância contra as manobras que o inimigo procura desesperadamente levar a cabo, num esforço vão para conter o desenvolvimento da nossa luta.

O inimigo também compreendeu qual é a base da nossa força e é por isso que ele reforça as suas campanhas contra a unidade do povo moçambicano tanto nas zonas libertadas como nas zonas que ele ainda ocupa.

Entre as táticas utilizadas pelo inimigo é importante citar o tribalismo, o regionalismo e o racismo. A experiência da nossa luta tem-nos mostrado que o tribalismo, o racismo e o regionalismo não têm base real mas são sempre fomentados pela ambição e pela sede de poder. Pela sua utilização, o inimigo procura suscitar diferenciações no seio do nosso povo; outros métodos consistem na criação de pequenos grupos a quem se dão privilégios a fim de os isolar das massas e fazer deles agentes para a perpetuação da dominação colonial. É com este fim que as autoridades portuguesas adop-

taram recentemente a política de elevar os salários de certos moçambicanos que eles pensam assim ganhar à sua causa. Diante do aumento irresistível das forças nacionalistas, e dado que as suas forças começam a escaçar, o inimigo tem-se lançado ultimamente numa grande campanha de recrutamento forçado de elementos moçambicanos com o objectivo de os opor aos combatentes da FRELIMO.

O inimigo procura também subverter o carácter da nossa luta tentando levar a população branca a participar activamente na guerra contra o nosso povo - já tivemos ocasião de denunciar a política colonialista de fixação de colonos nas terras férteis, de onde a população africana é expulsada, política que tem como objectivo transformar a nossa guerra em guerra racial, em guerra contra o homem branco. Com o mesmo intuito de subversão o inimigo procura infiltrar agentes na nossa zona que, disfarçados e vestidos como militantes da FRELIMO cometem crimes contra o povo com o intuito de desprestigiar a nossa organização.

É necessário por isso que todos os moçambicanos de todas as regiões, origens e raças reforcem a sua vigilância contra estas manobras através das quais o inimigo tenta prolongar a sua sobrevivência.

A todos os moçambicanos compete neste momento reforçar a unidade, consolidar a consciência nacional e aprofundar os objectivos do nosso combate.

Devemos para isso fazer um combate constante contra todas as manifestações de tribalismo de regionalismo e racismo, que são minas colocadas pelo inimigo no nosso seio.

Devemos para isso procurar conhecer profundamente o nosso país, procurando conhecer outras regiões, convivendo com elementos originários de outras zonas, combatendo qualquer sentimento de superioridade ou inferioridade no nosso seio, a fim de podermos conhecer-nos mutuamente, e mutuamente fundir as nossas tradições, conhecimentos e experiências num tronco comum.

É reforçando a nossa unidade e defendendo correctamente os objectivos do nosso combate contra a dominação colonial-imperialista e contra a exploração do homem pelo homem que poderemos assestar as nossas armas contra o inimigo verdadeiro.

O nosso combate não se dirige contra o povo português nem contra nenhum povo, qual quer que seja a cor da sua pele. O nosso combate visa a liquidação completa do sistema colonial e de todos os seus vestígios.

Por esta razão, a FRELIMO renova o seu apelo aos soldados portugueses do exército colonial para que cessem de ser instrumentos do sistema de dominação que os oprime no seu próprio país, e que recusem participar numa guerra criminosa contra as legítimas aspirações do povo moçambicano à independência.

Aos moçambicanos que se encontram nas zonas ocupadas, a FRELIMO dirige os maiores encorajamentos e exorta-os a resistir às manobras do inimigo e a continuar a prepararem-se para a luta armada.

A todos os moçambicanos, assim como aos povos do mundo solidários da justa luta de libertação do povo moçambicano a FRELIMO reafirma solenemente a sua determinação de prosseguir sem desfalecimentos o combate até à vitória final.

Ao comemorar o 10º aniversário da sua fundação, que representa um marco importante na nossa história, a FRELIMO, em nome de todo o povo moçambicano presta homenagem sincera e comovida a todos aqueles que se bateram pela unidade e pela liberdade da nossa terra, a todos aqueles que se sacrificaram para fazer do nosso povo, do nosso país, da nossa organização o que eles são hoje. Entre todos ao Primeiro presidente e fundador da FRELIMO, camarada Eduardo Chivambo Mondlane, artesão incansável da nossa unidade, cujo exemplo de militância e sacrifício o espírito combatente do nosso povo, e cujos ensinamentos continuarão a guiar-nos no caminho da libertação completa do nosso país. Reforcemos a nossa unidade, determinação e espírito combativo, para fazer avançar a nossa luta e tornar assim mais próximo o dia da nossa vitória final.

VIVA O DECIMO ANIVERSÁRIO DA FRELIMO
VIVA O BROTHERHOOD COM O Povo de todos os povos
VIVA A MEMÓRIA INESQUECÍVEL DO PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR
EDUARDO CHIVAMBO MONDLANE

INDEPENDÊNCIA DO NOSSO E VENCEDORA

LUTA CONTINUA

AVISO DE CANCELAMENTO - Junho de 1970

AVISO DE CANCELAMENTO - Junho de 1970

25 DE SETEMBRO DE 1964

PROCLAMAÇÃO AO

POVO MOÇAMBICANO

Moçambicanos e Moçambicanas,

Em Setembro de 1962 o Congresso da FRELIMO afirmou unânimemente a vontade e determinação do povo moçambicano de lutar por todos os meios para a conquista da Independência Nacional.

A FRELIMO quis, por meio de esforços pacíficos, forçar o governo português a satisfazer as exigências políticas fundamentais do povo moçambicano, a FRELIMO expôs constantemente junto de instâncias Panafricanas, Afro-asiáticas e mundiais, a situação em que se encontrava o povo moçambicano, e denunciou os crimes do colonialismo em Moçambique.

E foi assim que, depois do povo moçambicano, a O.U.A., as Nações Unidas e a opinião política mundial em geral, condenaram também a política criminosa do governo português.

Apesar de tudo isto, o colonialismo português continua a exercer a sua dominação sobre a nossa Pátria.

As riquezas do nosso país e o trabalho do nosso povo continuam a ser explorados pelos colonialistas portugueses e seus aliados imperialistas.

Todos os dias são assassinados camaradas por causa da sua participação activa na luta da libertação do nosso país, as prisões estão cheias de patriotas, e aqueles que estão ainda em liberdade vivem na incerteza do amanhã.

A Pide aumenta o número dos seus agentes e desenvolve os seus meios de tortura; o exército português é reforçado e aumenta continuamente os seus efectivos em homens e material de guerra; a psico-social prossegue a sua campanha com vista a enganar o povo moçambicano.

Moçambicanos e Moçambicanas,

A FRELIMO conduziu sempre a sua acção de maneira a assumir plenamente as suas responsabilidades de guia da revolução moçambicana.

Por isso, paralelamente aos esforços pacíficos, a FRELIMO entregou-se também vivamente à criação de condições para fazer face à eventualidade da luta armada.

Hoje, face à constante recusa do governo português em reconhecer o nosso direito à independência, a FRELIMO reafirma que a luta armada

é a única via que permitirá ao povo moçambicano realizar as suas aspirações à liberdade, justiça e bem estar social.

Moçambicanos e Moçambicanas,

Onerários e camponeses, trabalhadores das plantações das serrações e das concessões, trabalhadores das minas, dos caminhos de ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas,

EM VOSSO NOME,

A FRELIMO PROCLAMA HOJE, SOLENEMENTE, A INSURREIÇÃO GERAL ARMADA DO POVO MOÇAMBICANO, CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS, PARA A CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA TOTAL E COMPLETA DE MOÇAMBIQUE.

O NOSSO COMBATE NÃO CESSARÁ SENÃO COM A LIQUIDAÇÃO TOTAL E COMPLETA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS:

Moçambicanos e Moçambicanas,

A revolução moçambicana, obra do povo moçambicano, insere-se no quadro geral da luta dos povos de África e do mundo pela vitória dos ideais da liberdade e da justiça.

A luta armada que nós hoje anunciamos, tendo por objectivo a destruição do colonialismo português e do imperialismo, permitir-nos-á instaurar no nosso país uma nova ordem social popular. Assim, o povo moçambicano dará uma grande contribuição histórica para a libertação total do nosso continente, para o progresso de África e do mundo.

Moçambicanos e Moçambicanas,

Neste momento grave e decisivo da história do nosso país, em que unânimemente nos comprometemos a enfrentar o colonialismo português, a FRELIMO cumprirá o seu dever.

Reforcemos continuamente a nossa unidade, a união de todos moçambicanos do Rovuma ao Maputo, sem qualquer discriminação.

Consolidemos cada vez mais a nossa organização, ajamos sempre de maneira organizada.

Por toda a parte, em cada lugar, a FRELIMO estará presente e pronta a conduzir a luta.

Sejamos firmes, decididos e implacáveis frente ao colonialismo português.

Sejamos firmes, decididos e implacáveis frente aos lacaios do coloni-

alismo português, frente a todos os agentes da PIDE e a todos traidores do nosso povo e da nossa pátria.

UNIDOS VENCEREMOS!
INDEPENDÊNCIA OU MORTE!
MOÇAMBIQUE VENCERÁ!

VIVA A PRELIMO!
VIVA MOÇAMBIQUE!
VIVA ÁFRICA!

25 de Setembro de 1964

(Traduzido do francês de "Bulletin d'Information"- FRELIMO, Outubro 1964)



ESTATUTOS DA FRELIMO

Introdução:

A 2ª Conferência da FRELIMO que se realizou na província do Niassa, em Moçambique, de 20 a 25 de Julho de 1968, usou da sua autoridade como órgão supremo da FRELIMO para alterar os Estatutos da nossa Organização.

Os antigos estatutos, aprovados no 1º Congresso, estavam obviamente desactualizados, particularmente no que dizia respeito a estrutura da FRELIMO. Por exemplo: um corpo estabelecido pelos Estatutos de 1962 nunca o foi por causa das condições de trabalho. Foi o caso do Conselho Nacional. Este corpo tinha uma composição quase idêntica à do Congresso definindo apenas no menor número de membros. As dificuldades que tinha em reunir eram mais ou menos as mesmas apresentadas pelo Congresso.

Por outro lado o Conselho Nacional e o Comité Central foram os únicos órgãos nacionais mencionados nos Estatutos, exceptuando o Congresso. Na prática só o Comité Central funcionou durante os seis anos, entre o 1º e o 2º congressos. Este Comité Central era constituído pelos chefes de Departamentos e seus assistentes, e tinha funções legislativas, executivas e jurídicas.

Nos primeiros tempos da FRELIMO o Comité Central podia funcionar desta maneira mais ou menos eficientemente, sendo capaz de tratar e resolver todos os problemas. Contudo o desenvolvimento da nossa luta e o resultante crescimento da nossa organização fez com que a natureza do Comité Central fosse alterada.

De facto a FRELIMO conta agora com milhares de membros; controla uma área de cerca de 190.000 Km², com uma população de cerca de 1000000; dirige uma luta armada em três frentes em três províncias e dirige em larga escala um programa de reconstrução nacional nas áreas libertadas. Neste novo contexto o Comité Central enfrenta enormes dificuldades a executar todas as suas funções legislativas, executivas e jurídicas.

Por isso era necessário criar uma nova estrutura capaz de enfrentar esta nova situação.

Assim o 2º Congresso decidiu:

- 1- Manter o Congresso como órgão supremo da FRELIMO;
- 2- Abolir o Conselho Nacional;
- 3- Tornar o Comité Central mais representativo, aumentando o número de membros de 20 para 40, sendo a maior parte eleitos;
- 4- Atribuir funções estritamente legislativas ao Comité Central;
- 5- Criar um órgão - o Comité Político Militar - capaz de interpretar a linha política formulada pelo Congresso e Comité Central e resolver pro-

blemas fora da competência do Comité Executivo durante o período entre as reuniões do Comité Central de acordo com os princípios formulados pelo Congresso e pelo Comité Central e pelo Comité Central;

6- Criar um órgão com funções estritamente executivas - o Comité Executivo constituído pela presidência e os chefes de departamento.

Relativamente à Presidência, no sistema antigo o Presidente e o Vice-Presidente eram eleitos pelo Comité Central.

A necessidade de assegurar métodos mais democráticos na selecção de líderes da Organização e de lhes conferir mais prestígio como representantes nacionais e internacionalmente fizeram com que a lei existente fosse modificada.

Sob os novos Estatutos o Presidente e o Vice-Presidente da FRELIMO são designados pelo Comité Central mas eleitos pelo Congresso.

A nível regional foi estabelecido que cada Província, Districto e Localidade teriam um Conselho e um Comité. A composição e funções destes órgãos eram deixados sob a Legislação Geral Interna, para assegurar a possibilidade de serem constantemente adaptados de acordo com a evolução política e situação militar na Província.

Esta nova estrutura é fruto de seis anos de experiência de luta - Luta que o povo moçambicano sob a direcção da FRELIMO vem travando contra o colonialismo português para a reconquista da liberdade do seu país.

O 2º Congresso da FRELIMO, ao introduzir estas modificações nos Estatutos, está confiante que eles permitirão uma luta de libertação mais eficiente.

NOME-LOCALIZAÇÃO-DEFINIÇÃO-OBJECTIVOS

- 1- NOME: Frente de Libertação de Moçambique
- 2- LOCALIZAÇÃO: Moçambique
- 3- DEFINIÇÃO: FRELIMO é uma organização política (constituída por moçambicanos, sem distinção de sexo, origem étnica, religião ou local de residência)
- 4- OBJECTIVOS:
 - a) A total liquidação da dominação colonial portuguesa em Moçambique e de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo;
 - b) A conquista da independência imediata e completa de Moçambique e a construção de um Moçambique desenvolvido, novo, forte e próspero.

MEMBROS

- 5- Podem-se tornar membros todos os moçambicanos que estão de acordo com os Estatutos e programa da FRELIMO e que se comprometem em levar a cabo a sua política.
- 6- OS DEVERES DOS MEMBROS DA FRELIMO SÃO:
- a) Conhecer profundamente os Estatutos, Programa e as leis gerais internas da FRELIMO;
 - b) Trabalhar para a implantação dos Estatutos, Programa e leis gerais internas da FRELIMO;
 - c) Cumprir as ordens dos órgãos superiores da Organização;
 - d) Pagar a quota mensal de membro;
 - e) Difundir o Programa em nome da FRELIMO e recrutar novos membros;
 - f) Contribuir para aumentar o nível de consciência política colectiva e individual;
 - g) Contribuir materialmente para actividades da FRELIMO e assim promover e desenvolver a Organização;
 - h) Fornecer aos órgãos imediatamente superiores da Organização toda a informação que possa ser do interesse do Movimento.
- 7- OS DIREITOS DOS MEMBROS DA FRELIMO SÃO:
- a) Eleger e ser eleito para qualquer cargo na Frelimo;
 - b) Defender-se a si proprio, expondo as suas razões aos órgãos superiores, caso a sua capacidade de responsabilidade seja posta em causa;
 - c) Apresentar criticas constructivas ao trabalho de todos os órgãos da Frelimo;
 - d) Propor novos membros para a Frelimo e pronunciar-se sobre aqueles propostos por outros membros
 - e) Beneficiar de assistencia moral e material que a Organização pode dar.
- 8- O MÉTODO DE TRABALHO DA FRELIMO É BASEADO NA:
- a) Discussão livre dentro da Organização;
 - b) Aceitação por todos os membros das decisões tomadas pela maioria;
 - c) Solidariedade e cooperação na execução de todo o trabalho feito pela Organização;
 - d) Análise constante ao trabalho feito e correcção dos erros cometidos;
 - e) Voto individual, aberto ou secreto.

Todos os membros dum Orgão devem mostrar solidariedade para com as decisões tomadas por esse Orgão.

1. Dentro de cada Orgão as decisões são tomadas unanimemente, ou quando isto não for possível, pela maioria;
2. O número necessário de elementos para reunião de qualquer Orgão é de dois terços (2/3).

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO:

9- A ESTRUTURA DA FRELIMO É A SEGUINTE:

- a) A nível nacional, há um Congresso, um Comité Central, um Comité Político-Militar e um Comité Executivo;
- b) Cada Província, Distrito e Localidade tem um Conselho e um Comité;
- c) O círculo é o Órgão base da Frelimo e existe em locais de trabalho e residência. Ele tem um secretariado.

10- CONGRESSO

O Congresso é o órgão supremo da Frelimo e reúne normalmente de 4 em 4 anos.

O Comité Central é responsável por decidir da data, local e convocação do Congresso.

Em circunstâncias excepcionais o Comité Central pode transferir a data da reunião.

Uma reunião extraordinária do Congresso pode ser convocada a pedido de pelo menos 2/3 das províncias. O órgão ao qual compete em cada província pedir a convocação de uma reunião é o Conselho Provincial.

O Congresso tem poderes para:

- a) Definir a linha política e aprovar ou modificar os estatutos e programa da Frelimo;
- b) Analisar e criticar o relatório apresentado pelo Comité Central;
- c) Eleger os membros do Comité Central;
- d) Eleger o Presidente e Vice-Presidente da Frelimo propostos pelo Comité Central;

As decisões do Congresso afectam e estão ligados a todos os Órgãos da Frelimo e só podem ser revogadas ou alteradas por um outro Congresso.

11- O COMITÉ CENTRAL

O comité central é composto de:

- a) Secretários Provinciais;
- b) Chefe de departamento de Defesa e seu assistente;
- c) Chefe de departamento de Organização Política e seu assistente;
- d) Um representante de cada organização de massas;
- e) Um representante eleito de cada província;
- f) 18 membros eleitos pelo congresso.

O Comité Central é responsável perante o Congresso.

O Comité Central tem poder para:

- a) Formular a linha política da Frelimo de acordo com os seus princípios definidos pelo Congresso;
- b) Aprovar as leis gerais internas;

c) Propor ao Congresso candidatos a Presidente e Vice-Presidente.

12- O COMITÉ POLITICO-MILITAR

O Comité Politico-Militar é composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretários dos Departamentos de Defesa, Organização Política, Segurança e Política, e pelos Secretários Provinciais.

O Comité Politico-Militar tem poder, baseado nos princípios directivos da Frelimo, para:

a) Elaborar e apresentar para escrutínio pelo Comité Central propostas para:

1. A formulação de planos estratégicos políticos e militares;

1.1. A definição da politica da Frelimo em cada sector de actividade;

b) Esclarecer aos órgãos executivos a linha política e as leis publicadas pelo Congresso e Comité Central.

c) Ratificar a nomeação dos secretários de departamento.

13- O COMITÉ EXECUTIVO

O Comité Executivo é composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretários de Departamento. Os Secretários de Departamento são propostos pelo Presidente e as nomeações são ratificadas pelo Comité Politico-Militar.

O Comité Executivo é responsável perante o Comité Central.

O Comité Executivo tem poderes para:

a) Pôr em prática a linha política estabelecida pelo congresso, Comité Central e Comité político Militar;

b) Fazer emendas às leis gerais internas e submeter estas ao Comité Central para ratificação.

14- A PRESIDENCIA

A Presidência é constituída pelo Presidente e Vice-Presidente eleitos pelo Congresso dentro os propostos pela Comité Central.

As funções do Presidente da Frelimo são:

a) Coordenar as actividades de todos os departamentos;

b) Representar a Frelimo legal e politicamente a nível nacional e internacional;

c) Assegurar que as leis, princípios e resoluções da Frelimo sejam observados nas actividades gerais da Organização.

15- FINANÇA

Os fundos da Frelimo são providos por subscrições de donativos dos membros e das suas próprias fontes de rendimento.



PROGRAMA DA FRELIMO

A luta do povo Moçambicano contra o colonialismo português, dirigida pela FRELIMO, encontra-se numa fase muito avançada. Já duas províncias, Cabo Delgado e Niassa, estão quase completamente libertadas. Uma outra frente de luta armada foi aberta na província de Tete. Nas restantes seis províncias acelera-se a mobilização e organização do povo, criando-se as condições para a extensão da luta armada a todo o nosso país.

O inimigo sofre derrotas constantes. Forçado a dividir as suas forças por três frentes, ele perdeu toda a capacidade de iniciativa. Em Cabo Delgado e Niassa o inimigo encontra-se isolado nos seus postos, limitando a sua acção quase que exclusivamente a raids aéreos que não conseguem perturbar a vida normal das nossas populações.

Nessas zonas semi-libertadas, um extenso programa de reconstrução nacional está em curso, estruturando as bases do Moçambique desenvolvido e forte de amanhã.

Todos estes sucessos foram possíveis devido à direcção correcta da FRELIMO, que soube unir todas as forças patrióticas moçambicanas, assegurar a harmonia entre as nossas forças militares e as populações, encorajar as populações a participarem em todas as tarefas de reconstrução nacional, imprimindo um espírito democrático a todos os trabalhos e captar a simpatia e o apoio dos outros povos e das forças progressistas de todo o mundo.

No II Congresso, que se reuniu em Moçambique livre, na província do Niassa, de 20 a 25 de Julho de 1968, a FRELIMO decidiu adoptar um novo programa, adaptado à nova realidade. Este programa põe uma enfâse mais forte na necessidade de unir todo o povo, na reconstrução nacional e no reforço dos laços com todas as forças anti-colonialistas e anti-imperialistas.

I- LIQUIDAR O COLONIALISMO PORTUGUÊS

O povo moçambicano quer viver em paz. O nosso povo quer governar-se a si mesmo, escolhendo ele próprio os seus dirigentes, quer elevar o seu nível de vida e construir ele próprio a sua economia. O nosso povo quer a igualdade nas relações sociais e económicas, quer seguir e desenvolver a sua cultura. O nosso povo quer viver num Moçambique independente, próspero, evoluído e democrático.

Mas todas estas aspirações do nosso povo, que são comuns a todos os povos, têm sido contrariadas pelos colonialistas portugueses. Desde que os colonialistas portugueses chegaram à nossa terra o nosso povo não mais conheceu a paz - vítima da agressão das tropas portuguesas, vítima das manobras

colonialistas que fomentaram lutas entre as tribos para mais facilmente as dominarem. O povo moçambicano deixou de poder produzir para si próprio reduzido à escravidão, a sua força de trabalho passou a ser um instrumento para o enriquecimento da burguesia portuguesa, ligada às burguesias dos outros países capitalistas. As riquezas naturais de Moçambique, controladas e exploradas pelos invasores, passaram a servir outros interesses, a satisfazer outras necessidades que não os interesses e as necessidades do nosso povo. A discriminação racial foi sólidamente implantada no nosso país - negando quaisquer direitos aos africanos, donos legítimos da terra, e cercando de privilégios a burguesia estrangeira. A nossa cultura foi reprimida e banida: no seu plano de destruição sistemática da personalidade moçambicana, os colonialistas portugueses proibiram as manifestações culturais do nosso povo e tentaram instalar em nós a sua cultura - decadente, corrupta, completamente alheia ao nosso povo.

O povo moçambicano está determinado a pôr fim a esta situação. Sob a direcção da PRELIMO, o povo moçambicano liquidará o colonialismo português em todas as suas manifestações - políticas, económicas, sociais e culturais.

II- REALIZAR A UNIDADE DE TODO O POVO MOÇAMBICANO E MOBILIZÁ-LO PARA A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A luta de libertação que o povo moçambicano hoje trava tem raízes na sua História. Nunca, de facto, o nosso povo aceitou sem resistência a dominação colonial. São bem conhecidas as derrotas que os guerreiros moçambicanos, sob a direcção dos seus chefes militares - Maguiguane, Makombe, Bonga, etc., - inflingiram às tropas portuguesas nos fins do século passado.

Os colonialistas conseguiram vencer nessa altura porque, com as suas manobras, tinham conseguido dividir o nosso povo e também porque dispunham de armamento muito mais poderoso. O nosso povo considerou isso como sendo apenas uma batalha perdida, não como uma derrota final. E preparou-se novamente para lutar.

Mas a luta ia ser agora mais bem organizada. Uma análise das lutas passadas mostrou que os nossos fracassos tinham resultado da falta de organização e, principalmente, de unidade de todo o povo para a luta, quer dizer, fazer com que todo o povo moçambicano participe na luta de libertação nacional para a Independência e progresso da Nação Moçambicana. Assim a PRELIMO, seguindo a linha já traçada no Programa anterior, propõe-se:

- ENGAJAR A PARTICIPAÇÃO DE TODAS AS FORÇAS PATRIÓTICAS MOÇAMBICANAS, DE TODAS AS CAMADAS SOCIAIS, NO CAMPO, NAS POVOAÇÕES, NAS CIDADES;

- ELIMINAR TODAS AS CAUSAS DE DIVISÃO ENTRE OS DIFERENTES GRUPOS ÉTNICOS MOÇAMBICANOS; CONSTRUIR A NAÇÃO MOÇAMBICANA, NA BASE DA IGUALDADE

DE TODOS OS MOÇAMBICANOS E DO RESPEITO PELAS PARTICULARIDADES REGIONAIS;

- DESENVOLVER A LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO, DESIGNADAMENTE PELA AMPLIAÇÃO DE FORÇAS DE GUERRILHA E DAS MILÍCIAS POPULARES.

III- CONSTRUIR UM MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE, DESENVOLVIDO E PRÓSPERO, ONDE O PODER PERTENÇA AO POVO

Onosso país é um dos mais atrasados do mundo. Os colonialistas Portugueses não se preocuparam nunca em desenvolver Moçambique- eles vieram para para o nosso país só para roubarem as nossas riquezas, usando essas para desenvolverem o país deles. Por isso é que não há praticamente indústrias em Moçambique. Moçambique poderia ser um país auto-suficiente em produtos agrícolas: mas, as nossas terras, embora sejam muito férteis, não estão aproveitadas porque os colonialistas não deixam o nosso povo cultivar: Querem as terras para eles, mesmo que não as possam explorar, ou forçam o nosso povo a produzir só aquilo que seja útil para as indústrias deles como por exemplo o algodão. A quase totalidade dos minerais de que o nosso sub-solo é extremamente rico permanecem inexplorados. O comércio encontra-se completamente na mão de estrangeiros..

O mesmo atraso verifica-se no campo da instrução e da assistência. Para mais fácilmenete nos dominarem, os colonialistas Portugueses negaram ao nosso povo o acesso às escolas, mantendo-o na mais completa ignorância. Assim é que o nível de analfabetismo em Moçambique é de 98 por cento. A assistência médica e social, por outro lado é restrita aos colonos.

A mulher Moçambicana foi sempre considerada um simples instrumento de prazer pelos colonialistas. As nossas mães, irmãs, filhas, são violadas impunemente pelos colonos. A dignidade da mulher Moçambicana é espezinhada, o papel que tradicionalmente lhe pertencia no lar Moçambicano não mais poder ser preenchido.

Mas o nosso povo controla já duas províncias - Cabo Delgado e Niasa. Com o desenvolver da luta, outras Províncias serão subtraídas à dominação colonial e serão administradas pela FRELIMO; nestas províncias libertadas é necessário lançarmos as bases de um Moçambique evoluído, próspero e democrático, promovendo o desenvolvimento de todas as actividades económicas, culturais, sociais, realizando a emancipação da mulher, organizando o povo num sistema de auto-gestão popular. Concretamente, a FRELIMO propõe-se:

-PROMOVER A CONSTRUÇÃO NACIONAL; DESENVOLVENDO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA; INDUSTRIAL E ARTESANAL, O COMÉRCIO E ORGANIZANDO COOPERATIVAS;

- SUBSTITUIR A CULTURA COLONIALISTA IMPLANTADA PELOS PORTUGUESES POR UMA CULTURA POPULAR E REVOLUCIONÁRIA, BASEADA NAS TRADIÇÕES DO NOSSO POVO. DIVULGAR A CULTURA MOÇAMBICANA JUNTO DOS OUTROS POVOS; NUM SISTEMA

DE INTERCÂMBIO;

- ELEVAR O NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO POVO; CRIAR MAIS ESCOLAS; LIQUIDAR O ANALFABETISMO; ACELERAR A FORMAÇÃO DE QUADROS;

- CRIAR OU MELHORAR AS CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ÀS POPULAÇÕES;

- ESTABELEÇER OU MELHORAR OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS GRFÃOS VELHOS, DOENTES E INVÁLIDOS;

- PROMOVER A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL, ECONÓMICA E CULTURAL DA MULHER MOÇAMBICANA; REALIZAR A IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE O HOMEM E A MULHER; INCORAJAR A MULHER MOÇAMBICANA A PARTICIPAR CADA VEZ MAIS NA LUTA DA LIBERTAÇÃO NACIONAL.

IV- APLICAR UMA POLÍTICA EXTERNA DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO COM TODOS OS POVOS, GOVERNOS E ORGANIZAÇÕES ANTI-COLONIALISTAS E ANTI-IMPERIALISTAS

A nossa luta tem por objectivo construir a Nação Moçambicana, unir todos os Moçambicanos numa só Nação. O nacionalismo moçambicano, contudo, não é um nacionalismo fechado, hermético, que exclua a cooperação com outras nações. A revolução moçambicana quer construir um Moçambique independente e, ao mesmo tempo, progressista, desenvolvido e forte, sem possibilidade de o colonialismo tornar a entrar, seja sob que forma ele se apresentar. E para isso o povo Moçambicano está consciente que deverá cooperar com outras nações progressistas, e com outros povos que lutam também contra a exploração e injustiça social. Concretamente a PRELIMO propõe-se:

- COLABORAR COM TODOS OS POVOS AFRICANOS QUE LUTAM PELA SUA INDEPENDÊNCIA NACIONAL, EM PARTICULAR COM OS POVOS DAS OUTRAS COLÓNIAS PORTUGUESAS E DA ÁFRICA AUSTRAL;

- COLABORAR NA EDIFICAÇÃO DA UNIDADE DE TODOS OS POVOS DO CONTINENTE AFRICANO, NA BASE DO RESPEITO, DA LIBERDADE, DA DIGNIDADE E DO DIREITO AO PROGRESSO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL DESSES POVOS;

- REFORÇAR AS RELAÇÕES DE AMIZADE E SOLIDARIEDADE COM OS PAÍSES SOCIALISTAS;

- APOIAR ACTIVAMENTE TODOS OS POVOS DE ÁFRICA, ÁSIA E AMÉRICA LATINA QUE LUTAM CONTRA O IMPERIALISMO, O COLONIALISMO, E O NEO-COLONIALISMO.



VENICHEREMOS



